

## Breve relato da Reunião do Conselho Político da ACD realizada dia 12.12.2024

Mais de 70 pessoas de diversas entidades da sociedade civil, centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, pessoas voluntárias participaram da reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) realizada dia 12 de dezembro de 2024. Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da ACD, abriu a reunião agradecendo a presença de todas as pessoas e, inicialmente, ressaltou a importância do **Prêmio “Transparência e Fiscalização Pública 2024”** recebido da Comissão de Finanças e Controle da Câmara dos Deputados na véspera, por indicação do Deputado Federal Glauber Braga <https://www.youtube.com/watch?v=zzUqNq0bKqM>, reconhecimento que estendeu a todas as pessoas e entidades que apoiam e constroem a Auditoria Cidadã da Dívida há 24 anos, conforme discurso proferido durante a solenidade <https://www.youtube.com/watch?v=fMfXs2lbT1o>.

Dando início à PAUTA da reunião, Maria Lucia apresentou a ANÁLISE DE CONJUNTURA marcada pela insanidade da diretoria do Banco Central ao elevar a taxa básica de juros Selic e pelo pacote de corte de gastos apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional, apesar dos recorrentes recordes de arrecadação, tudo para que mais recursos se destinem ao pagamento dos juros e mecanismos do Sistema da Dívida, demonstrando cabalmente a necessidade de enfrentamento desse sistema por meio da auditoria integral, com participação social, conforme telas com dados e fontes disponíveis em (<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reuniao-do-conselho-politico-da-acd-12-12-2024/>) e o vídeo da apresentação disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=j-beX7Xxq-w>.

Sobre a CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS, informou que a Campanha segue divulgando diariamente 2 posts das lutas sociais <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>, tanto no âmbito público como privado, tendo sido acatadas sugestões apresentadas durante a reunião para divulgação de outras pautas relevantes, como a “revisão da vida toda”, a ameaça do fim da função social da terra, dentre outros. Lembrou que já houveram avanços na organização dos grupos de trabalhos indicados na Plenário Nacional de março, porém, o avanço dos trabalhos dos grupos ficou prejudicado face à intensa agenda de lutas das lideranças sindicais em 2024. No início do próximo ano será dado seguimento aos grupos de trabalho.

A Secretaria da ACD apresentou a Prestação de Contas da Campanha desde o seu início, informando que a única despesa fixa no momento tem sido o custo mensal com agência de publicidade (Acesso Livre), no valor de R\$ 1.000,00 para a elaboração de 1 post diário, sendo o outro post diário tem sido pago pela ACD. Atualmente, há um saldo de apenas R\$ 3.480,92 na conta da campanha. Fattorelli agradeceu o apoio das entidades, tendo em vista que na última reunião o caixa estava negativo. No entanto, esse saldo será suficiente apenas para cobrir cerca de 3 meses da despesa de comunicação, razão pela qual solicitou que as entidades que apoiam a campanha (<https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/apoiadores-da-campanha/>) verifiquem a possibilidade de reforçar o caixa dessa importante campanha, a fim de viabilizar a realização de eventos e atividades nos próximos meses, e estarmos preparados caso haja necessidade de mobilizações emergenciais.

Em relação à FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR foi solicitado às entidades para enviarem sugestões e propostas de agendas para o bom aproveitamento desse importante espaço de luta em 2025, informando que já está sendo preparada uma proposta de Seminário.

A CAMPANHA NACIONAL EM APOIO AO RIO GRANDE DO SUL continua realizando atividades, conforme pode ser conferido no site <https://acontaestapaga.com.br/> e redes sociais <https://www.instagram.com/acontaestapaga.rs/> . Foi pedido às entidades para divulgar o folheto elaborado pela coordenação nacional da ACD em conjunto com o Núcleo-RS da ACD (<https://auditoriacidada.org.br/novo-folheto-da-campanha-a-conta-esta-paga-intensifica-a-exigencia-pela-baixa-da-divida-do-rs/>), que será também divulgado pela comunicação da ACD novamente.

Sobre o NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “*Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil*” foi informado que os textos das 16 aulas estão praticamente prontos e as gravações estão programadas para o início de 2025. Foi registrado o agradecimento pela sinalização de apoio financeiro do Sindipetro LP para custear a gravação, que posteriormente terá direito a 15 vagas para seus dirigentes. Maria Lucia reforçou o pedido de apoio para viabilizar demais custos do curso e destacou o apoio que a ANFIP tem prestado à ACD, garantindo a manutenção da plataforma do curso em sua sala virtual.

Durante a reunião foi submetido à deliberação dos presentes o valor da contribuição a ser solicitada para acesso ao curso, esclarecendo-se que as pessoas que não puderem pagar terão a sua participação garantida, tendo em vista o caráter da ACD, sem fins de lucro. Após debate acerca do tema, foi aprovada por ampla maioria a proposta de contribuição de R\$ 600,00 para público em geral; R\$ 500,00 para membro de categoria associada à ACD, e R\$ 300,00 para estudante; mantendo-se a possibilidade de gratuidade para pessoas que não puderem pagar. Sobre a forma de pagamento, decidiu-se que será concedido o desconto de 5% para pagamento por PIX à vista, ou sem desconto em até 3 parcelas mensais.

No item da pauta sobre os NÚCLEOS DA ACD foi enfatizada a necessidade de retomada das atividades de vários Núcleos, que se desarticularam a partir da pandemia, ressaltando o papel fundamental das entidades que apoiam a ACD nessa rearticulação. A secretaria da ACD irá apoiar nos contatos com as representações regionais das entidades apoiadoras. Foi reforçado o pedido para que os Núcleos enviem notícias sobre suas atividades, para divulgação no site e redes, como temos feito <https://auditoriacidada.org.br/nucleo/> .

Sobre o RISCO DE PRIVATIZAÇÃO DO IBGE, a economista Gisella Colares (Núcleo ACD/CE e SETIBGE/CE) fez uma exposição mostrando que há risco de privatização do órgão com a criação de uma fundação pública de direito privado que pretende usar o prestigioso nome do instituto (“IBGE+”), financiada por grupos privados. Isso significa a submissão a interesses privados para se obter recursos, que são negados pelo Estado, devido ao Sistema da Dívida. Os riscos são a captura das informações por empresas privadas, perda de credibilidade (dados tendenciosos podem ser apresentados como sendo do IBGE) e abrir precedentes para que tenhamos outras entidades paralelas 2



a órgãos públicos, como “TCU+”, Receita Federal+”, o que significaria o fim do serviço público como o conhecemos. A campanha contrária a essa anomalia pode ser acompanhada e divulgada com os materiais disponibilizados pelo ASSIBGE Sindicato Nacional <https://www.instagram.com/assibgesn/> , e a apresentação de Gisella Colares pode ser acessada em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/risco-de-privatizacao-do-ibge/>

Ao final, foi divulgada a CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, esclarecendo-se que as doações ajudam a manutenção de da equipe de secretaria, comunicação e economista da ACD. As doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/> .

Cumprida a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e rica participação de todas as pessoas, e encerrou a reunião.

*COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA*